

TREM VELOZ, RUPTURAS LENTAS: ARQUITETURA COMO PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM CAMPINA GRANDE (1907-1935)¹

Juliano Loureiro de Carvalho²

Marcus Vinicius Dantas de Queiroz³

Nelci Tinem⁴

1. Introdução

Por oposição a cidades paraibanas como João Pessoa ou Areia, tidas como “antigas”, Campina Grande é vista geralmente como “nova”, “moderna”, detentora de espaços ligados exclusivamente ao pós-1935, ano marcado pela intensificação do processo de modernização urbana e arquitetônica da cidade⁵. Esta visão tem se fortalecido nos últimos anos, em virtude da percepção, por determinados setores da população, do valor patrimonial do conjunto arquitetônico do centro urbano (no proparado “estilo” art déco, que se expandiu no Brasil justamente nos anos 30 do século XX). É possível entender tal compreensão incompleta do fato urbano como corolário da idealização de um período próspero da história da cidade, associado à arquitetura em questão, representativa, tanto localmente quanto no plano nacional e mundial, de uma modernidade otimista, harmoniosa e acrítica⁶. O questionamento premente que surge, porém, é que a cidade, fundada ainda no fim do século XVII, e em rápida expansão desde 1907, possuía, antes de 1935, um acervo arquitetônico que não pode ser desprezado, e que resiste ainda hoje através de fotografias, mas também como realidade construída, ainda que em pequena escala.

No plano acadêmico local, os estudos do urbanismo e, mais ainda, da arquitetura são escassos, e os trabalhos existentes são voltados, em sua maioria, para as reformas do período 1935-1945 e para a atuação autoritária do prefeito que mais se destacou nesse processo, Vergniaud Wanderlei⁷. Assim, vai-se constituindo uma historiografia que, mesmo contestando a idealização da modernidade campinense, persiste sem resgatar adequadamente a realidade a que essa modernidade vem a se contrapor. Neste contexto,

¹ Trabalho apresentado no Simpósio Temático “A Cidade em Diferentes Olhares”, durante o XII Encontro Estadual de História da ANPUH-PB, realizado no Campus da Universidade Federal de Campina Grande, em Cajazeiras (PB), entre 23 e 28 de julho de 2006.

² Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia. E-Mail: <juliano_carvalho@hotmail.com>.

³ Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo. E-mail: <marcusvidanq@yahoo.com.br>.

⁴ Doutora em História da Arquitetura pela Universidade Politécnica da Catalunha. Professora Adjunta do Departamento de Arquitetura da Universidade Federal da Paraíba. E-mail: <ntinem@uol.com.br>.

⁵ As reformulações urbanas e arquitetônicas intensificadas a partir de 1935 estavam dentro de uma conjuntura ideológica de abrangência nacional, à qual se associaram as idéias de saneamento, embelezamento e circulação, e atingiram trechos consolidados da paisagem citadina.

⁶ SEGAWA, 1997

⁷ Sobre o assunto, ver VERAS, 1988 e BARBOSA, 1999

mesmo sem se deter na análise da arquitetura, a maior contribuição à pesquisa do tema é a tese de Fábio Gutemberg de Sousa⁸, que retrocede a 1925, recuperando, em sua complexidade, a cidade anterior às reformas.

O presente trabalho, de caráter e metodologia eminentemente arquitetônicos, se propõe a estudar o acervo construído e a produção de arquitetura na Campina Grande do período 1907-1935, através de um conjunto selecionado de fotografias do Museu Histórico de Campina Grande. Os objetivos são verificar como a arquitetura é representada nesta fonte de caráter oficial, como ela dialoga com a espacialização econômica e social da cidade, e como formas, práticas e conteúdos arquitetônicos se relacionam entre si neste universo.

O recorte temporal escolhido vai da implantação do ramal Itabaiana-Campina Grande (1907) da estrada de ferro Great Western, que marca o começo de um período de rápida expansão, à intensificação do processo de reforma urbana, a partir de 1935. Esta viria a transformar não somente a fisionomia da cidade, mas a própria forma de apropriação de seus espaços pela população. Do ponto de vista arquitetônico-urbanístico, pode-se inferir como esse período escolhido é significativo, a partir do número de prédios, que passa de 600, em 1907, para 5897, em 1935⁹ – pois um crescimento desta ordem não pode ocorrer sem alterações significativas na estrutura urbana, ou sem a formação de um rico acervo construído.

Poderia ser questionado o recorte temporal escolhido para análise, porque se a idéia é recuperar a produção não-moderna, 1907 deveria ser o marco final e não a data que define o início da pesquisa. Porém, a escassez de fontes apropriadas à pesquisa arquitetônica no período pré-1907, somada à existência do acervo em estudo e o entendimento de que até 1935 a cidade cresceu sem alterações significativas na trama urbana, consistindo mais em expansão do que destruição do ambiente construído existente, justificam a escolha.

2. As fotografias do acervo do Museu Histórico de Campina Grande como *corpus* documental

Seguindo as concepções de Lucien Febvre e Boris Kossoy a partir da recapitulação proposta por Cabral Filho¹⁰, temos como ponto pacífico o valor documental potencial das imagens fotográficas, bem como a necessidade de entendê-las dentro do contexto que as gerou, o que inclui interesses individuais e coletivos, além da realidade social. Assim, no caso das imagens de cidades datadas do início do século XX, torna-se fundamental pensá-

⁸ SOUSA, 2001

⁹ CÂMARA, 1988

¹⁰ CABRAL FILHO, 2002

las associadas a processos e ideologias próprios de sua época – como a “construção real e imaginária da cidade do trabalho e da ordem, aspirações de uma elite burguesa”¹¹.

O *corpus* analisado é composto por 49 fotografias pertencentes ao Museu Histórico de Campina Grande, algumas delas em exposição permanente, outras, não. Este conjunto foi selecionado tendo em mente a inclusão da maior variedade possível de logradouros e de imagens que mostrassem de forma mais clara os conjuntos urbanos. Trata-se de um material heterogêneo, não devidamente sistematizado, de forma que a fonte de boa parte das imagens permanece obscura, e mesmo a datação de algumas delas é controvertida. Para fins de análise, porém, optou-se por aceitar como verdadeiras as datas propostas pela curadoria da exposição.

Foi possível identificar o nome de três dos fotógrafos autores das imagens – todos eles contribuem com vistas panorâmicas dos logradouros mais valorizados socialmente à época. Um deles, Euclides Villar, produzia essencialmente retratos das famílias mais abastadas do lugar, e chegou a publicar um *Almanaque de Campina Grande*, em 1933¹². Sobre o segundo, Sóter Carvalho, existem mais informações disponíveis: também trabalhava para as famílias burguesas, mas tinha um interesse especial pelo registro da cidade¹³. Para entender esse interesse, uma imagem de outra natureza produzida por ele é esclarecedora: retrata, em estúdio, com luz exata e pose estudada, um mendigo. Retirado de seu contexto e abertamente estetizado, o mendigo em questão pode servir de paradigma para a sua proposta fotográfica urbana. Finalmente, do terceiro profissional, assinado Andrade, não foi possível obter referências. Há também algumas imagens sem autoria cujos textos e legendas deixam claro se tratarem de cartões postais ou fotos de propaganda.

Foram analisadas, ainda, algumas imagens que pertenceram ao acervo pessoal de Esmeraldina Agra, membro de família tradicional da região, contemporânea das fotografias analisadas e figura freqüentemente associada à preservação da memória local. Ela contribuiu para o acervo do museu essencialmente com imagens de edificações ligadas à sua história pessoal (não elaboradas, mas escolhidas por ela), o que se coaduna com sua visão parcial e saudosista dos fatos¹⁴.

A partir destas considerações preliminares sobre autoria, finalidade e seleção das imagens, presume-se que o retrato da cidade a ser estudado será de meio-corpo: necessariamente vinculado aos projetos e aspirações da “elite burguesa” a que se fez referência, e que encomendou, financiou e escolheu essas fotografias. Considerando meios e fins do presente trabalho, trata-se de um *corpus* que, mesmo parcial, documenta de forma

¹¹ Ibid, p.48

¹² LIRA, 1997

¹³ FIGUEIREDO JUNIOR, 2004

¹⁴ Já apontada por SOUSA, 2001

satisfatória um determinado recorte do território campinense – essencialmente a região central e as áreas de expansão ligadas ao comércio do algodão e à moradia da elite.

3. Conceitos adotados e métodos de análise

Inicialmente, é importante compreender que embora o recorte temporal adotado corresponda ao período 1907-1935, isso não significa que será tratada apenas a produção arquitetônica desse intervalo, que, no panorama nacional, corresponde às práticas ecléticas e às primeiras aparições da arquitetura moderna. De fato, a maior parte dos edifícios analisados foi construída após a chegada do trem, mas isso não impede que as fotografias analisadas venham a flagrar – e flagram – arquiteturas desenvolvidas em épocas anteriores, num conjunto que se unifica a partir de sua escala cotidiana, e em que a monumentalidade de alguns poucos prédios¹⁵ é a exceção.

Neste contexto, o principal marco teórico da pesquisa é o estudo de Nestor Goulart Reis Filho¹⁶, cuja obra de referência, *Quadro da Arquitetura no Brasil* (com primeira edição de 1969), traça um panorama da evolução da arquitetura brasileira (especialmente a residencial urbana) a partir da tecnologia, da forma, do uso e da sua relação com o tecido urbano, entendendo esse processo não de maneira isolada, mas como parte do desenvolvimento social e cultural do país.

No presente estudo, procura-se utilizar as categorias de análise do autor, tendo como principal limitação a impossibilidade de uma leitura da espacialização interna dos edifícios, em virtude do tipo de documento escolhido (fotografias de conjuntos e edificações). Porém, a abordagem dos conjuntos arquitetônicos não se restringe aos aspectos formais, que constituem apenas um dos critérios de investigação, além do número de pavimentos, da forma de implantação e do tipo de cobertura. Essa visão permite observar a interligação existente entre transformação arquitetônica e desenvolvimento das estruturas urbanas, que, por sua vez, são parte das modificações tecnológicas, econômicas e sociais vividas pela cidade.

O primeiro critério de análise, o número de pavimentos, pretende revelar o adensamento da paisagem e da ocupação citadinas e sua relação com o crescimento econômico. Já as relações entre implantação, volumetria e coberta são analisadas tentando entender suas modificações ao longo do tempo e sua distribuição nas diferentes áreas da cidade. Assim, é possível verificar o grau de incorporação das novas técnicas construtivas e dos ideais higienistas no sentido de melhorar a salubridade (traduzida em ventilação e iluminação) das

¹⁵ Basicamente, o Paço Municipal, a Igreja Matriz e a Igreja do Rosário.

¹⁶ REIS FILHO, 1997

edificações, bem como a tentativa de reconciliação espacial com a natureza, expressa na incorporação dos jardins no lote urbano – movimentos próprios de uma modernidade que vai se instalando.

Realiza-se também uma análise das influências formais adotadas, com a consciência das dificuldades inerentes a este processo, já que, em Campina Grande, durante a época em que a maioria das construções em questão foi feita (século XIX e início do século XX), havia grandes limitações: quem projetava e construía não tinha formação acadêmica, apenas imitava (com maior ou menor rigor) modelos em voga nos grandes centros; não havia dinheiro para reproduzir os modelos com a mesma escala ou o mesmo requinte. Além de tudo, com as sucessivas reformas que sofriam, os prédios acumulavam alterações ao longo do tempo. Assim, não se espera encontrar exemplares puros, mas sim identificar como as influências formais dominantes na produção arquitetônica brasileira se manifestaram na cidade. Partindo desse pressuposto e tendo o trabalho de Reis Filho como fio condutor, procura-se enriquecer o estudo buscando outras obras que tratam especificamente de cada tipo de arquitetura abordada, o que permite enxergar leituras aprofundadas e diversas sobre o assunto.

Os critérios adotados para a análise das edificações são: influências formais, implantação e coberta, definidos a seguir. Em cada fotografia, são identificados os prédios que podem ser classificados quanto a cada um destes três critérios¹⁷. O número de exemplares enquadrado em cada categoria é registrado em uma tabela. O procedimento se repete para cada uma das 49 imagens estudadas, totalizando 260 edificações. O conjunto das tabelas resultantes vai gerar uma nova tabela que mostra (em números absolutos e porcentagens) um “quadro da arquitetura campinense” até o ano de 1935¹⁸ (ver tabela 1). Um dos objetivos almejados é verificar se os exemplares analisados apresentam coerência entre influências formais, implantação e cobertura, definindo um partido arquitetônico.

Ao mesmo tempo, entendendo as limitações dessa análise quantitativa, as edificações isoladas presentes no acervo fotográfico são estudadas individualmente, de forma a ter um contraponto qualitativo, permitindo uma abordagem mais completa.

Para a compreensão sócio-espacial da cidade, entre 1907 e 1935, conta-se com as descrições de Sousa¹⁹ e com os mapas elaborados pela Secretaria de Educação e Cultura do município (imagem 1) para setorizar a cidade em zonas tradicionais ou de expansão, centrais ou periféricas. A setorização é de grande ajuda para entender se cada conjunto arquitetônico era realmente novo, ou se ia mudando aos poucos através de reconstruções e

¹⁷ Por exemplo, em determinados casos é possível analisar três cobertas, mas apenas duas fachadas, e assim por diante.

¹⁸ Lembrando que este “Quadro da Arquitetura Campinense” só diz respeito às regiões aqui analisadas (região central e as áreas de expansão ligadas ao comércio do algodão e à moradia da elite).

¹⁹ SOUSA, 2001

reformas. Desta forma, o aspecto da produção da arquitetura (dinâmico) também é abordado, e não somente o aspecto do construído (estático).

Foram consideradas com características *coloniais* aquelas casas extremamente simples, com vergas retas ou em arco abatido, sem tratamento decorativo à exceção de eventuais sobrevergas, sem platibanda e construídas no nível do solo. Estas edificações persistiram sendo construídas até o início do século XIX, tendo, em quase três séculos, variado apenas quanto ao formato das vergas e à proporção entre cheios e vazios na fachada²⁰. Esta produção resulta de uma técnica extremamente simples, cujo sistema de cobertura, em telhado de duas águas e cumeeira paralela à fachada, lança uma parte da chuva recebida sobre a rua e a outra sobre o quintal. Não só o recuo frontal é ausente, mas também os laterais, de modo que as residências se colam umas às outras, protegendo suas empenas e, muitas vezes, formando um amplo telhado contínuo²¹ (ver imagem 2).

As influências seguintes poderiam ser chamadas *classicizantes*²² e referem-se às edificações que incorporam novidades próprias da época, como as vergas em arco pleno, as vergas retas com coroamento decorado, o vidro, simples ou colorido, nas esquadrias, os porões altos (e seus óculos), as platibandas e, em exemplares mais requintados, frontões (que na arquitetura civil de função pública são quase uma regra) vasos, estátuas, fruteiras, balaustradas e pilastras sobre a platibanda. O maior refinamento da arquitetura é resultado da abertura dos portos e da integração do país ao mercado mundial, de forma que vários elementos construtivos passaram a ser importados²³. Com relação à implantação, mantêm-se, no geral, os mesmos esquemas urbanísticos coloniais. Podemos encontrar nas ruas campinenses, além de edifícios públicos, como o Paço Municipal (com obras iniciadas em 1877), modelos mais simplificados, que apenas adaptaram os elementos classicizantes à sua feição colonial (ver imagem 2).

As manifestações *ecléticas* são o próximo grupo analisado, e compreendem aquelas construções que combinam, sem regras definidas, uma mistura de ornamentações, próprias de diversos tempos e lugares, em um mesmo edifício, numa verdadeira liberdade criativa que tenta personificar cada construção²⁴. Na Paraíba, trata-se da tendência dominante desde o fim do século XIX até as primeiras décadas do século XX, que se manifesta na profusão de relevos decorativos em argamassa, nas platibandas recortadas e nas composições de fachada mais complexas (ver imagem 3).

²⁰ COSTA, 1975

²¹ REIS FILHO, 1997

²² Lemos (1987) chama essa produção de Eclétismo Classicizante por entendê-lo como o primeiro momento das idéias ecléticas que viriam a se desenvolver em seguida de forma plena. *Neoclássico da província* (Reis Filho, 1997) e *Classicismo Imperial* (Sousa, 1994) são, com pequenas nuances, outras denominações da mesma produção.

²³ REIS FILHO, 1997

²⁴ LEMOS, 1987

Essas manifestações se fazem acompanhar, no Brasil, da libertação das construções em relação aos limites dos lotes. Primeiramente, através do recuo do edifício em relação aos limites laterais, geralmente de um só lado. Nas residências maiores, são introduzidos jardins laterais, que, além de elementos paisagísticos, permitem o arejamento e a iluminação dos cômodos, num movimento de supressão das antigas alcovas em troca das vantagens higiênicas. Depois, as construções começam a se afastar da via pública, até que ficam completamente livres no meio lote. Tecnicamente, o ecletismo reflete a segunda Revolução Industrial, com a produção em massa dos materiais de construção (generalização da construção com tijolos cozidos, ornamentos pré-fabricados, coberturas com telhas tipo *Marseille*, complexas e com muitas águas, utilização da madeira serrada e instalação dos primeiros banheiros com água corrente) e a alteração das técnicas construtivas pela presença da mão-de-obra dos imigrantes²⁵.

Ligado a uma modernidade acrítica e a um progresso otimista, o *art déco* é lançado oficialmente através da Exposição Internacional de Artes Decorativas e Industriais Modernas de 1925, em Paris, vivendo seu ápice no Brasil na década de 1930. No presente trabalho, as influências *art déco* se ligam a: composição simétrica ou tripartida (em base, corpo e coroamento escalonado); acesso centralizado ou valorizando a esquina; predominância de cheios sobre vazios; articulação de volumes geometrizados e simplificados (varandas semi-embutidas) ou sucessão de superfícies curvas (aerodinamismo); composição com linhas e planos, verticais e horizontais, definidos e contrastados²⁶. Em Campina Grande, um dos primeiros edifícios oficiais a adotar a linguagem *art déco* é o prédio dos Correios, inaugurado em 1933 (ver imagem 3). O projeto padronizado, encontrado em diversas cidades do interior da Paraíba, como, por exemplo, Areia e Guarabira, faz parte do plano nacional de normalização arquitetônica oficial estabelecida no âmbito do então Departamento dos Correios e Telégrafos²⁷.

²⁵ REIS FILHO, 1997

²⁶ CONDE e ALMADA (2000), BRESLER (1997) e SUAREZ (1997)

²⁷ Sobre o assunto, ver: PEREIRA, Margareth da Silva. *Os correios e telégrafos no Brasil: um patrimônio histórico e arquitetônico*. São Paulo: MSP/ Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, 1999.

4. Resultados, discussão e conclusão

A partir da análise da arquitetura de Campina Grande, tal como ela aparece no acervo do Museu Histórico, formulou-se um quadro quantitativo dessa produção até o ano de 1935 (tabela 1).

Tabela 1. Quadro quantitativo da arquitetura de Campina Grande entre os anos 1907 e 1935					
Pavimentos (260 prédios analisados)	Térreo	Térreo + sótão	T. + 1 pav.	T. + 2 pav.	-
	231	5	23	1	-
	88,8%	2%	8,8%	0,4%	-
Implantação (239 prédios analisados)	Sem recuos	Recuo lateral	Recuo frontal	Isolada no lote	Recuo frontal + 1 lateral
	203	20	3	10	3
	85%	8,4%	1,3%	4%	1,3%
Coberta (229 prédios analisados)	2 águas // rua	2 águas \perp rua	3 águas	4 águas	Arranjos complexos
	173	32	4	12	8
	75,5%	14%	1,75%	5,25%	3,5%
influências formais (124 prédios analisados)	Colonial	Classicizante	Eclético	Art déco	Outros
	6	41	64	3	10
	4,8%	33%	51,75%	2,4%	8%

Os dados da tabela indicam, antes de tudo, a absoluta predominância das edificações térreas, o que pode estar ligado à abundância de terrenos próximos às áreas centrais. De qualquer forma, os vinte e quatro sobrados identificados, comparados com os únicos dois do século XIX (Cadeia Velha e sobrado de Francisco Gouveia) revelam adensamento e valorização dos terrenos. Quando não abrigam instituições, estes sobrados destinam-se ao uso misto de loja embaixo e residência em cima.

A predominância de edificações térreas é usada, pela elite e pelo poder municipal, como uma das justificativas para as reformas urbanas modernizadoras das décadas de 1930 e 1940, como aponta o Decreto 51, publicado em 1935:

O Prefeito, considerando que Campina Grande apesar de ser uma cidade bastante adiantada, distancia-se, porém, das outras cidades importantes do país, pelo seu aspecto material, pois as construções e reconstruções em suas principais ruas são geralmente feitas de um só pavimento, considerando que o poder Público tem o dever de interessar-se pelo embelezamento da cidade, pois é ele inquestionavelmente que impressiona os que nos visitam; considerando que para isso é preciso obrigar-se que as construções e reconstruções nessas ruas sejam de mais de um pavimento [...]²⁸.(grifo nosso)

²⁸ DECRETO 51 apud SOUSA, 2001.

Esse quadro arquitetônico, acrescido das misturas entre classes sociais e usos distintos (comercial, institucional, residencial) no espaço urbano herdado da Colônia e do Império, logo associado ao atraso, à sujeira e à desordem, leva a um movimento da elite cultural e econômica campinense, que, com sistemáticos artigos em jornais, atribuem a esse visual uma incompatibilidade com uma cidade que quer ser “civilizada”, cosmopolita, moderna. Durante as décadas de 1930 e 1940, isso leva à intensificação de ações por parte dos poderes públicos municipal e estadual, pautadas nos ideais de higiene, circulação e embelezamento, responsáveis pela expulsão da feira, das prostitutas e de parte dos pobres da região central, pelo alinhamento de ruas, abertura de largas avenidas, implementação de abastecimento d’água e esgotamento sanitário, construção e reforma de praças e demolição de edificações térreas do centro da cidade para a construção de prédios com mais de um pavimento²⁹.

Até a década de 1930, as manifestações ecléticas em voga no Brasil predominam na configuração formal da arquitetura presente na região central de Campina Grande. O movimento, que vive seu ponto culminante nas transformações urbanas do Rio de Janeiro entre 1903 e 1906³⁰, chega a Campina Grande através do intercâmbio cultural com centros maiores, como Recife (por onde se exporta grande parte do açúcar e do algodão da região) ou como a Cidade da Parahyba, capital do estado. Com ‘a abertura dos portos brasileiros às nações amigas’, no princípio do século XIX, Pernambuco passou a se referenciar na cultura dos países mais “desenvolvidos”, notadamente Inglaterra e França, “constituindo-se em portão aberto à crescente europeização”³¹, inclusive no que refere ao ecletismo.

Dessa forma, manifestações formais ecléticas se estabelecem rapidamente no gosto popular campinense, aparecendo tanto nas casas mais simples como nas de maior porte, no curto período desde sua introdução no final do século XIX. Embora a maior parte dos prédios analisados tenha surgido depois da chegada do trem, percebe-se que não há relação unívoca entre construções novas e ecletismo. O que se observa é que nas áreas novas surgem exemplares que continuam repetindo as influências classicizantes, em meio às manifestações ecléticas. Ao mesmo tempo, estas também estão presentes nas áreas mais antigas, seja em prédios novos ou reformados (imagem 4).

A implantação sem recuos permanece majoritária, mesmo em trechos da expansão sul, como a rua Irineu Joffily, em lugar da implantação com recuos, comumente associada ao ecletismo, como se poderia esperar. O que se conclui, portanto, é que, neste primeiro momento, o ecletismo, é absorvido apenas como ornamentação, não vem acompanhado da incorporação de novas técnicas, das exigências higienistas e de uma nova forma de se

²⁹ SOUSA, 2001.

³⁰ BRENNAN, 1987, P.53

³¹ SILVA, 1987, p. 181

relacionar com o exterior, que resultariam numa nova espacialização interna e na incorporação de espaços livres no lote.

Analisando a cidade mais de perto, o que se percebe é que na área mais central, ocupada pela elite (Largos da Matriz, do Comércio Velho, do Comércio Novo e do Rosário e Rua Maciel Pinheiro) há predominância de implantação e coberta coloniais, de edificações térreas e equilíbrio entre as manifestações classicizantes e ecléticas. Espreados, encontram-se alguns sobrados e residências com recuos. Na mesma área, concentram-se os edifícios mais significativos da cidade, ligados ao estado, à igreja e ao comércio para a elite. Percebe-se a associação entre o uso institucional e as referências clássicas, com destaque, considerando as limitações da cidade, para o Paço Municipal e o Grupo Escolar Solon de Lucena (imagem 5).

As ruas do Meio, do Emboca e do Progresso e a Praça da Luz mantêm a mesma configuração das anteriores, mas sem os sobrados nem edifícios representativos, e com menos imponência. Ainda na região central, as ruas das Areias e dos Armazéns e a Praça do Algodão, ligadas ao comércio algodoeiro de grande escala, com edificações de uso diverso do resto da cidade, apresentam poucas diferenças formais em relação ao restante da área em que se inserem. O uso diferenciado e a conseqüente espacialização destes galpões se traduzem nas cobertas de alguns deles, cuja singularidade são as cumeeiras perpendiculares à rua, resultado das estruturas com tesouras, necessárias aos grandes vãos.

Na expansão em direção à estação de trem (ruas da República, Irineu Joffily e Vidal de Negreiros), persistem a implantação colonial e as arquiteturas classicizantes e ecléticas, mas aparecem, com maior freqüência, exemplares isolados no lote. É nesta área, e também na rua Sete de Setembro, que surgem os únicos palacetes (casarões ecléticos isolados no lote) encontrados na pesquisa (imagem 6).

É interessante observar que estes registros fotográficos não incluem as áreas periféricas, à exceção de alguns pontos de referência isolados, como a estação de trem, a Igreja da Guia e o Açude Velho, o que impediu uma análise destas regiões. Evidentemente, não se trata do universo de D. Esmeraldina Agra, nem dos clientes de Sóter Farias e Euclides Villar. Mais que isso, em se tratando da construção da imagem de uma cidade próspera e moderna, essa realidade não lhes interessa. Mesmo assim, foi possível identificar, ao fundo de uma das fotos do acervo, (em que aparece em primeiro plano o Açude Velho) uma aglomeração de habitações comuns, muito precárias (imagem 6) que constitui um exemplo das construções dessas áreas periféricas.

Na tentativa de entender o significado da arquitetura produzida e existente em Campina Grande no período 1907-1935, constatamos que, nesta época acontece no local um conjunto de mudanças arquitetônicas incipientes e graduais, que não chegam a constituir ruptura, mas, em grande parte, continuação das formas anteriormente vigentes de produção de arquitetura e espaço urbano. Trata-se de uma realidade perceptível especialmente na dubiedade da incorporação do ecletismo e nas mudanças mais profundas limitadas a poucos exemplares nos bairros novos. É também nesta época que surgem os primeiros indícios arquitetônicos da ruptura formal representada pelo art deco: Correios (imagem 3), cinema Capitólio (1934).

Como parte desta conclusão, ressalta-se o caminho aberto para novas pesquisas que, a partir de fontes de outra natureza, problematizem a datação das fotos do acervo do Museu Histórico de Campina Grande, e conseqüentemente, os dados aqui apresentados. Finalmente, é importante atentar para o fato de que uma pequena parcela do acervo deste período resiste³², e que estes remanescentes, mais antigos e mais raros do que as propaladas edificações art déco do núcleo central, devem ser, assim como elas, alvo de uma política de preservação.

³² Persistem exemplares isolados nas ruas da Floresta, Irineu Joffily, Miguel Couto, Treze de Maio e Pres. Epitácio Pessoa e na praça Cel. Antonio Pessoa.

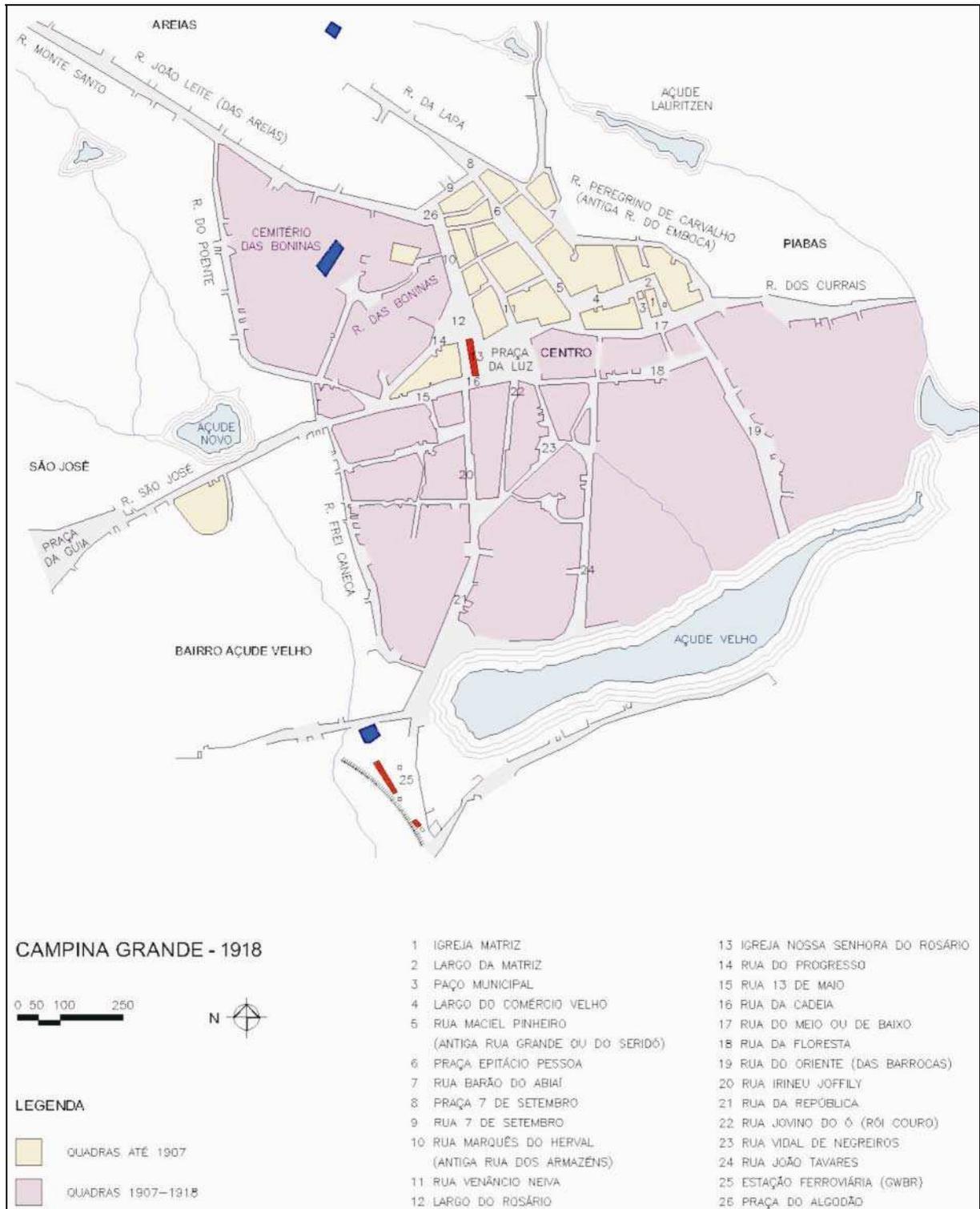


Imagem 1: Mapa de Campina Grande em 1918.
Fonte: Secretaria de Educação de Campina Grande.

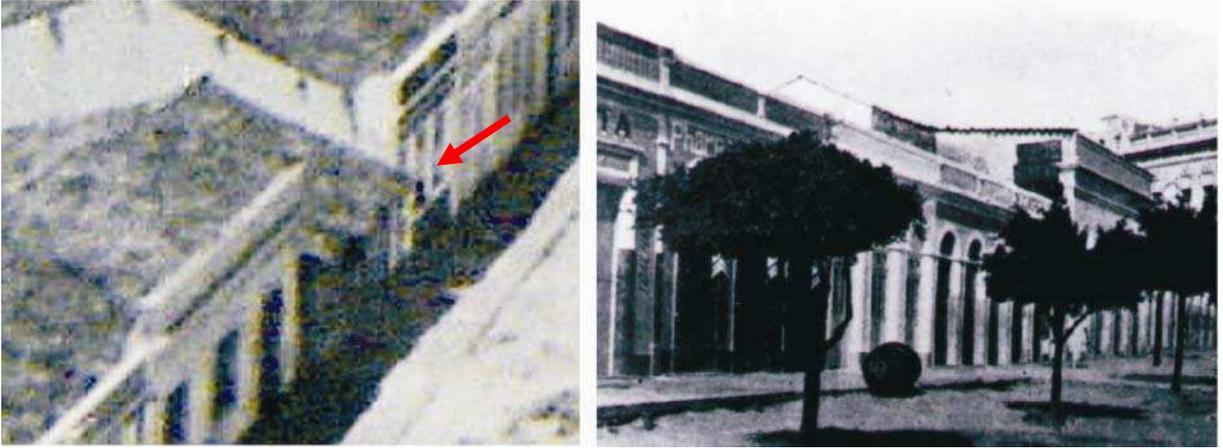


Imagem 2: Esquerda: residência com características coloniais no Largo da Matriz (1918). Direita: manifestações de influências classicizantes na rua Maciel Pinheiro (1932).

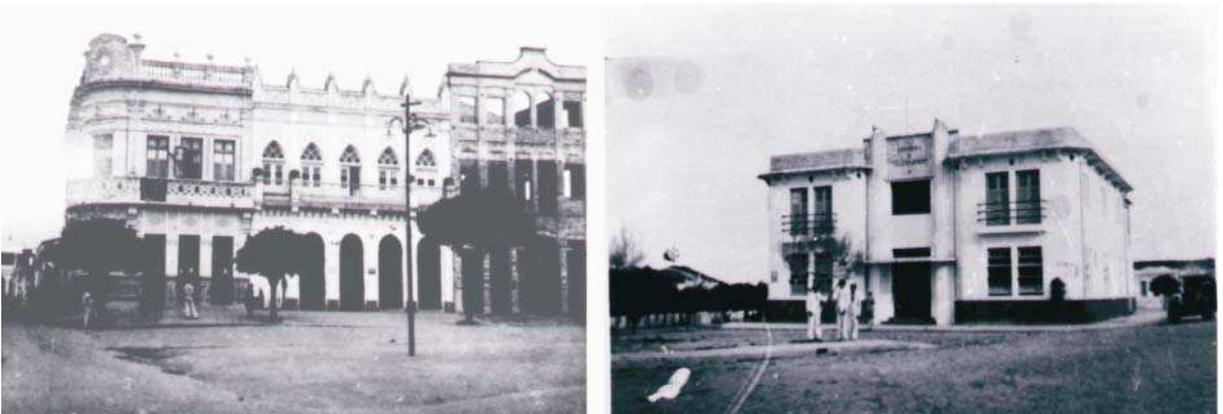


Imagem 3: Direita: conjunto de sobrados ecléticos na praça Epitácio Pessoa, atual rua Maciel Pinheiro. Esquerda: prédio dos Correios, inaugurado em 1933, demolido para dar lugar à atual praça da Bandeira.



Imagem 4: Esquerda: o Mercado Novo, na rua Maciel Pinheiro, em que se percebe a adoção da linguagem classicizante (1925). Direita: Mercado Novo em momento posterior a 1925, já com aparência eclética.

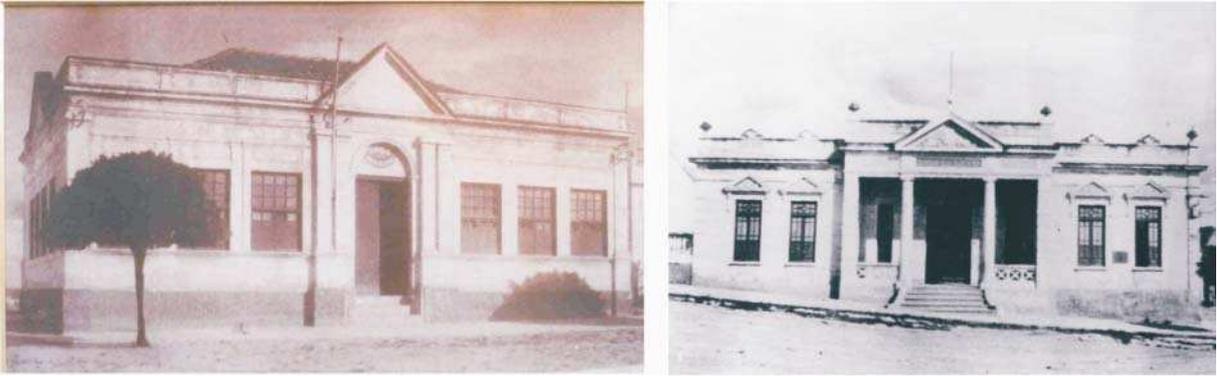


Imagem 5: Esquerda: Paço Municipal (obras iniciadas em 1877). Neste prédio, existe a preocupação com a leitura do volume claro e independente, bem como com a criação de dois eixos de simetria ortogonais em planta. Direita: Grupo Escolar Sólon de Lucena (construído em 1924). A comparação entre o Paço Municipal e esta escola é esclarecedora dos diferentes momentos a que se ligam as construções: enquanto o primeiro aproveita a mão de obra de retirantes da seca, com um resultado provinciano, o segundo tem composição mais rebuscada, já associada ao ecletismo.

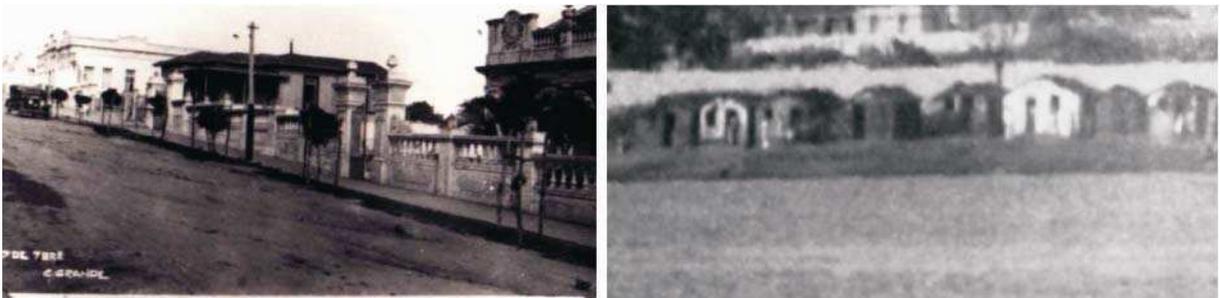


Imagem 6: Esquerda: rua Sete de Setembro. Casarões ecléticos isolados no lote. Direita: habitações precárias às margens do Açude Velho, rara imagem da ocupação das áreas periféricas.

Referências

- BARBOSA, Fabrício Lira. **De rainha a plebéia**: inventário das transformações urbanas e arquitetônicas de Campina Grande entre 1935-1945. Natal: Departamento de Arquitetura e Urbanismo/ Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 1999.
- BRENNA, Giovanna Rosso Del. Ecletismo no Rio de Janeiro. In: FABRIS, Annateresa (Org.). **Ecletismo na arquitetura brasileira**. São Paulo: Nobel; EDUSP, 1987.
- BRESLER, Henri. O art décoratif moderno na França. In: CENTRO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RIO DE JANEIRO. **Art déco na América Latina**. Rio de Janeiro: Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro/Solar Grandjean de Montigny, 1997.
- CABRAL FILHO, Severino. As imagens fotográficas como fontes para a história das cidades. **Ariús**, Campina Grande, n.11, p.46-50, 2002.
- CÂMARA, Epaminondas. **Datas campinenses**. Campina Grande: Caravela, 1988.
- CONDE, Luiz Paulo Fernandez; ALMADA, Mauro. Panorama do art déco na arquitetura e no urbanismo do Rio de Janeiro. In: CZAJKOWSKI, Jorge (Org.). **Guia da arquitetura art déco no Rio de Janeiro**. 3.ed. Rio de Janeiro: Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro/ Casa da Palavra, 2000.
- COSTA, Lúcio. Documentação necessária. In: TELLES, Augusto Carlos da Silva. **Arquitetura civil II**. São Paulo: FAU-USP, 1975.
- FIGUEIREDO JÚNIOR. *Campina Grande em imagens: o acervo de Sóter Carvalho e a memória da cidade*. **Ariús**, Campina Grande, v.12, nº 1, p.87-95, 2004.
- LEMONS, Carlos. Ecletismo em São Paulo. In: FABRIS, Annateresa. (Org.). **Ecletismo na arquitetura brasileira**. São Paulo: Nobel; EDUSP, 1987.
- LIRA, Bertrand de Souza. **Fotografia na Paraíba**: inventário dos fotógrafos através do retrato (1850-1950). João Pessoa: Universitária, 1997.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da arquitetura no Brasil**. 8.ed. São Paulo: Perspectiva, 1997.

SEGAWA, Hugo. **Arquiteturas no Brasil 1900-1990**. São Paulo: EDUSP, 1997.

SILVA, Geraldo Gomes. Arquitetura eclética em Pernambuco. In: FABRIS, Annateresa. (Org.). **Eclétismo na arquitetura brasileira**. São Paulo: Nobel; EDUSP, 1987.

SOUSA, Fabio Gutemberg Ramos Bezerra de. **Cartografias e imagens da cidade: Campina Grande – 1920-1945**. 2001. Tese (Doutorado) - Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, 2001.

SOUSA, Alberto. **Arquitetura neoclássica brasileira: um reexame**. São Paulo: Pini, 1994.

SUAREZ, Naia Alban. Art déco e moderno: conceitos que se confundem no ambiente progressista brasileiro. In: CENTRO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RIO DE JANEIRO. **Art déco na América Latina**. Rio de Janeiro: Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro/Solar Grandjean de Montigny, 1997.

UNES, Wolney. **Identidade art déco de Goiânia**. Goiânia: UFG, 2001.

VERAS, Cassandra. **O espelho de narciso: uma visão histórica das transformações urbanas em Campina Grande (1935-1945)**. Monografia (Graduação) – Centro de Humanidades, Universidade Federal da Paraíba – Campus II, Campina Grande, 1988.